

## **O PROJETO PROFISSIONAL DO JOVEM - PPJ COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO MEDIADORA NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.**

Adair Pozzebon – AGEFA – adair.efasc@gmail.com

Cristina Luiza Bencke Vergutz – UNISC – cristina.vergutz@gmail.com

CAPES

Eixo 8 - Contribuições dos Movimentos Sociais para a educação dos trabalhadores: crianças,  
jovens, adultos e idosos (espaços formais e não formais)

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo perceber, através de pesquisa com jovens egressos de uma Escola Família Agrícola, de que forma o instrumento pedagógico específico da proposta metodológica da Pedagogia da Alternância, o Projeto Profissional do Jovem – PPJ, pode contribuir para a prática da avaliação mediadora participando como elemento integrador dos diferentes aspectos formativos co-existentes em seu processo de elaboração. Para tanto, busca-se referências históricas da origem da Pedagogia da Alternância tendo-a como proposta educacional do campo, nas concepções de Educação do Campo vinculadas à busca da identificação e da valorização do campo no contexto da educação e da escola. Apresentamos a metodologia da alternância como meio para atingir os objetivos de desenvolver o meio e de possibilitar uma formação integral a partir de percepções com foco na aprendizagem significativa desenvolvida na ação do viver e conviver, na qual o PPJ concebido e desenvolvido considerando aspectos profissionais e de vida aproxima-se com as concepções da avaliação mediadora, em especial, na relação teoria e prática possibilitando possíveis transformações na vida sócio-profissional e cultural do jovem, de sua família e de sua comunidade.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância – Projeto Profissional do Jovem – Avaliação Mediadora

### **APRESENTAÇÃO**

As reflexões que apresentamos neste texto tem como eixo central perceber de que forma o Projeto Profissional do Jovem – PPJ, como instrumento pedagógico inerente a proposta metodológica da Pedagogia da Alternância, contribui para a prática da avaliação mediadora participando como elemento integrador dos diferentes aspectos formativos co-existentes em seu processo de elaboração.

Buscamos mostrar alguns dos esforços de leituras e vivências possibilitadas pelo campo empírico de uma Escola Família Agrícola tendo como foco desta pesquisa os jovens egressos, formados no ensino médio em 2011. Dessa forma abordamos o contexto destes sujeitos do campo segundo as abordagens de Fernandes (2012) através da definição do termo campo como território compreendido como espaço de vida, com função multidimensional.

Neste sentido, impregnados pelas vivências pedagógicas de uma escola inserida no espaço e tempo do campo, abordamos as ideais de Educação do Campo nos apontamentos de Caldart (2009), compreendendo-a na relação com o meio e na busca da identificação e da valorização do campo no contexto da educação e da escola, sendo possível proporcionar a este sujeito do campo uma formação que lhe possibilite autonomia e de desenvolvimento para si, sua família, comunidade e região, na perspectiva de uma Agricultura Familiar<sup>1</sup>.

Consideramos importante contextualizar o movimento da Pedagogia da Alternância no sentido de sua trajetória histórica abordando o vínculo desta com os princípios e fins da rede CEFFA's (Centros Familiares de Formação em Alternância) sistematizados nos quatro pilares desse movimento e, de forma sistêmica, situar a realidade da Escola Família Agrícola. Nesta perspectiva apresentamos a metodologia da alternância como meio para atingir os objetivos de desenvolver o meio e de possibilitar uma formação integral a partir de percepções com foco na aprendizagem significativa desenvolvida na ação do viver e conviver.

Compreendendo a complexidade do processo metodológico da Pedagogia da Alternância constituída por diversos instrumentos pedagógicos que, em sua essência, buscam a interação e coerência com o movimento da alternância que acontece em espaços e tempos distintos, ou seja, escola e família/comunidade, focamos nosso estudo na especificidade do Projeto Profissional do Jovem – PPJ percebendo-o nos aspectos profissional e de vida sendo o “fio condutor da formação em alternância” (GARCÍA-MARIRRODRIGA e PUIG-CALVÓ, 2010, p.174) possibilitando, nesta perspectiva, a articulação com uma avaliação mediadora (HOFFMANN, 2004) que integralize, mobilize e provoque o diagnóstico e a reflexão sobre o devir.

Algumas das conclusões desta pesquisa revelam a aproximação do instrumento pedagógico Projeto Profissional do Jovem – PPJ com as concepções da avaliação mediadora, em especial, na relação teoria e prática embasada no conhecer e reconhecer a realidade para, num processo contínuo, processual e não linear, possibilitar questionamentos e possíveis transformações na vida sócio-profissional e cultural deste jovem, de sua família e de sua comunidade.

---

<sup>1</sup> Segundo definição da FAO/INCRA (1996) são considerados estabelecimentos familiares aqueles que preenchem as seguintes condições:

a) a direção dos trabalhos é exercida pelo próprio agricultor; b) não empregam trabalhadores permanentes e tem um número médio de empregados temporários igual ou inferior a 25% do total da mão-de-obra familiar ocupada na propriedade; c) possuem área inferior a 100 hectares de terra e têm na agricultura sua principal renda (+ de 80%).

## **1. A Pedagogia da Alternância no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul**

Historicamente a Pedagogia da Alternância tem suas origens na década de 30, na França, embasada nas necessidades do povo camponês, de uma educação voltada para a realidade deste homem do campo considerando suas relações humanas e sociais, já que, o contexto da época indicava a desvalorização do campo levando à elevação do êxodo rural justificada também pela proliferação da industrialização.

No Brasil, a primeira experiência com Pedagogia da Alternância foi com a implantação de uma Escola Família Agrícola – EFA no Estado do Espírito Santo, em 1968, em Olivânia no município de Anchieta (ZAMBERLAN, 2003). Com o passar do tempo ocorre à disseminação desta proposta educacional para outros Estados do Brasil. Atualmente, em números, são 148 Escolas Famílias Agrícolas, 73 Casas Familiares Rurais na Região Sul e 47 Casas Familiares Rurais nas Regiões Norte e Nordeste, totalizando 268 CEFFA's em todo o Brasil.

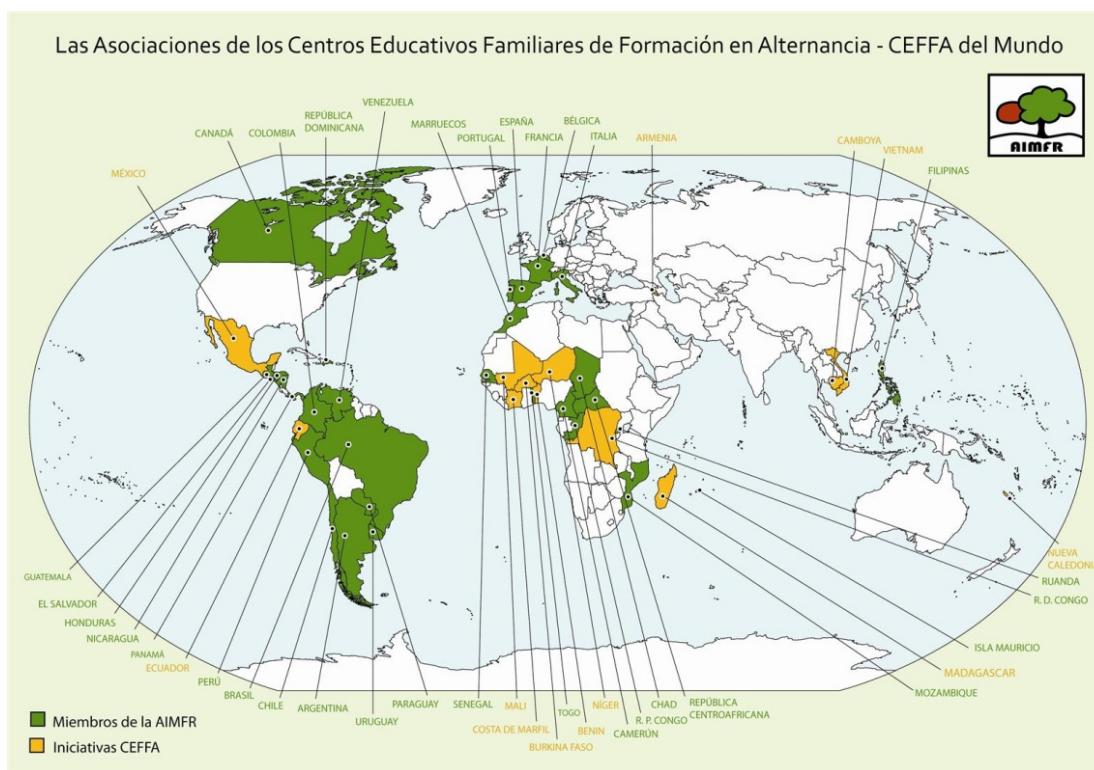
É importante lembrar que a proposta metodológica intitulada Pedagogia da Alternância contextualizada nesta pesquisa é utilizada, em território brasileiro, dentro do movimento internacional denominado CEFFA's<sup>2</sup>, que no Brasil constituiu-se como uma rede que abrange as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs) e que a nível mundial está filiada à AIMFRs (Associação Internacional de Movimentos Familiares Rurais), formando uma rede mundial, nos cinco continentes, em mais de 40 países (ZAMBERLAN, 2003). No Brasil as Escolas Famílias Agrícolas estão afiliadas à UNEFAB (União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil) e as Casas Familiares Rurais filiadas à ARCAFAR/Sul (Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil) e à ARCAFAR/Norte e Nordeste (Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Norte e Nordeste do Brasil).

A nível mundial a expansão desta proposta formativa pautada na Pedagogia da Alternância e na organização das famílias em busca de uma educação contextualizada e promotora do desenvolvimento do meio atingiu os cinco continentes. Atualmente são mais de

---

<sup>2</sup> CEFFA é uma sigla genérica, (que serve para reagrupar diversas experiências educativas em alternância existentes no Brasil), colocada em abril de 2001, na ocasião de um encontro entre membros da UNEFAB, ARCAFAR, PROJOVEM (Programa ligado ao Governo do Estado de São Paulo) e CNDRS, em Iguazú, Província de Misiones, (região nordeste da Argentina). Tal encontro aconteceu dentro do Seminário Internacional Latino-Americano sobre CEFFA's (ZAMBERLAN, 2003, p. 3)

mil instituições distribuídas em 40 países na África, América, Ásia, Europa e Oceania envolvendo em torno de 150 mil famílias rurais<sup>3</sup> (Figura 01).



**Figura 01 - AIMFR - Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural - Fonte: Disponível em: < <http://www.aimfr.org/en/paises-miembros.html> > Acesso em: 25/08/2012.**

No Rio Grande do Sul o pioneirismo do trabalho em Pedagogia da Alternância é das Casas Familiares Rurais ligadas à ARCAFAR-RS, filiada à ARCAFAR-SUL. Atualmente existem no estado seis Casas, uma delas é a Casa Familiar Rural Santo Isidoro, localizada na Linha Faguense em Frederico Westphalen, norte do estado, que iniciou seu trabalho no ano de 2002. No ano de 2009 é implantada a primeira Escola Família Agrícola –EFA no sul do Brasil, na cidade de Santa Cruz do Sul, região central do estado, nominada Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC, ligada à Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas – AGEFA, filiada à UNEFAB e a AIMFR<sup>4</sup>.

A EFASC atende jovens das populações do campo oriundos da agricultura familiar, filhos e filhas de agricultores e agricultoras da região do Vale do Rio Pardo<sup>5</sup>, com idade entre

<sup>3</sup> De acordo com a AIMFR – Associação Internacional das Maisons Familiales Rurales - <http://www.aimfr.org> – acesso em 26/08/2012.

<sup>4</sup> Cabe ressaltar a presença, desde 2001, do CEDEJOR/ Vale do Rio Pardo, localizado em Albardão no município de Rio Pardo, centro-sul do estado e vinculado ao Instituto Souza Cruz, que também trabalha com a metodologia da Pedagogia da Alternância porém não coaduna com os pilares da Rede CEFFAs.

<sup>5</sup> A região de abrangência da Escola Técnica Família Agrícola de Santa Cruz do Sul na delimitação do Vale do Rio Pardo é formada pelos seguintes municípios: Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Rio Pardo,

13 a 23 anos, oriundos de escolas públicas inseridas no meio rural e aptos a frequentar o ensino médio e ensino técnico em agricultura<sup>6</sup>. Estas famílias trabalham na agricultura, envolvendo na produção agrícola todos os membros desta, sendo o cultivo do tabaco a produção predominante nas propriedades.

Em sua maioria, são jovens agricultores e agricultoras que buscam nesta escola uma formação escolar dupla (ensino médio e técnico) vinculada à possibilidade de evitar o distanciamento da propriedade familiar. Para isso, apostam na especificidade da proposta metodológica da alternância já que se estes quisessem estudar para ter uma formação média e técnica agrícola, teriam que sair, da propriedade e/ou município, distanciando-se e perdendo vínculos com a família e a terra onde vivem.

Este interesse em buscar uma proposta educacional próxima e voltada à família sinaliza, para estes jovens, a procura por uma educação do campo. Isto é, o desejo por ações educacionais que possibilitem a valorização das matrizes culturais, contextualizadas na vida, no trabalho e na cultura do campo. Essa opção abre possibilidades de escolhas e oportunidades congruentes pela permanência ou não no campo, mas tendo relações de vida pautadas na qualidade de vida, na geração de renda planejada e ética, no respeito à diversidade e peculiaridades de saberes, assessorando comunidades com seu conhecimento técnico e ampliando redes de conhecimento.

## **2. A Pedagogia da Alternância e a Educação do Campo**

A Pedagogia da Alternância surge, historicamente, como uma proposta educacional para o campo, como possibilidade de uma formação para jovens do meio rural centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, percebemos a Pedagogia da Alternância como possibilidade inerente ao movimento da Educação do Campo coadunando com a busca de uma educação contextualizada e fundamentada em ações que sejam pensadas pelos sujeitos de direito que as exigem, que estão no campo, vivenciando diferentes relações que os constituem e constituem o próprio campo.

---

Herveiras, Sinimbu, Passo do Sobrado, General Câmara, Vale do Sol, Gramado Xavier, Boqueirão do Leão e Vera Cruz.

<sup>6</sup> A Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul possui autorização e credenciamento para oferta de Curso de Ensino Médio conforme Parecer do Conselho Estadual de Educação – CEED nº 142 de 29 de janeiro de 2009, e oferta de Curso Técnico de nível Médio em Agricultura – Eixo Tecnológico Recursos Naturais conforme Parecer do CEED nº 692 de 10 de novembro de 2010.

Campo compreendido, conforme Fernandes, como território, isto é, como espaço de vida, com função multidimensional relacionada à educação, à cultura, ao trabalho, ao mercado e às relações sociais voltadas à organização da sua existência pautada na compreensão que a “relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental” (2012, p.744).

Historicamente no Brasil a educação escolar ofertada às populações do campo ignorou as singularidades deste povo, considerando-a desnecessária pelas características de sua vivência voltada “para o cultivo e técnicas rudimentares” (BOGO, 2010, p. 99). Inúmeras ações foram ofertadas ao povo camponês deste o período republicano brasileiro criando-se estratégias que democratizem a escolaridade formal para além das classes emergentes, isto é, ações que projetavam pela instrução formar uma nação mais progressista inspirada na modernidade do século XX. Entretanto estas ações apenas reforçaram o posicionamento do homem do campo como ignorante ao qual era necessário repassar conhecimento e treinar a fim de transformá-lo e melhorar o campesinato brasileiro.

Dentre essas ações podemos ressaltar a Constituição de 1934, na qual a educação para o meio rural tem destaque através da destinação de 20% dos recursos da área educacional para a educação das zonas rurais, o movimento dos pioneiros da educação<sup>7</sup>, às campanhas educacionais nacionais, como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) que tinha o objetivo da formação do professorado leigo e também a busca de uma educação comunitária com as missões rurais<sup>8</sup>, a busca da modernização dos métodos pedagógicos e ao aumento das escolas rurais com a valorização das extensões rurais que buscavam o ensino de uso de técnicas para o aumento da produtividade e também o bem-estar do campo, ou seja, as influências do ruralismo pedagógico<sup>9</sup> que ocasionam investimentos na área educacional das zonas rurais brasileiras como a construção de escolas públicas rurais e escolas normais rurais.

A partir da década de 90 é fomentado, ainda mais, a valorização no urbano através da extinção das escolas na zona rural ocasionando a transferências destes estudantes para escolas

---

<sup>7</sup> Grupo de educadores e teóricos brasileiros responsáveis pela elaboração do Manifesto em Defesa da Escola Pública gratuita e laica. Deste grupo pertenciam Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Carneiro Leão.

<sup>8</sup> “Grupos de técnicos e estudantes que penetravam no interior do país para realizar educação de base, organização de cooperativas de assistência sanitária, organização de clubes agrícolas, centros sociais nas comunidades, numa tentativa de ‘modernização do campo’ para se adaptar a sociedade industrial emergente, e não na contestação de estruturas sócio-econômicas existentes”. (SILVA, 2006, p. 67)

<sup>9</sup> Surgiu para “fixar” o homem do campo no campo já que acreditava que a não fixação do homem à terra estava vinculada à escolaridade, relacionando apenas à questões culturais o êxodo rural. Assim este movimento repassa à escola a tarefa de tirar do atraso e da ignorância o homem do campo evitando assim a migração para a zona urbana. (SILVA, 2006)

núcleos que centralizam a educação de crianças e adolescentes de diferentes comunidades. Além da extinção física das escolas ocorre também a extinção por completo de um currículo vinculado ao meio, ou pelo menos, significativo para os sujeitos do campo. Nas palavras de Arroyo:

Com o culto às cidades se decreta o desaparecimento do campo. Com o culto à industrialização se decreta o desaparecimento de outras formas de produção como ultrapassadas. Com o culto ao progresso científico e ao futuro se decreta o desaparecimento dos saberes ancestrais, da tradição e se apagam as vivências do passado e do presente. O mais grave é que se decreta o desaparecimento dos coletivos humanos que estão atolados nas vivências do presente e em formas de produção da existência supostamente pertencentes ao passado (2011, p. 263).

No final do século XX e início do século XXI iniciam-se movimentos sociais de busca por políticas públicas que reconheçam a educação do campo em suas peculiaridades abandonando as marcas de uma educação da cidade, que não valoriza o campo e que promove apenas uma adaptação da escola urbana para a escola rural. Esses movimentos sociais objetivam o diálogo e a valorização dos diferentes saberes e conhecimentos a fim de se construir identidades sociais que valorizem as diferenças numa sociedade complexa e plural. Buscam formas de articularem educacionalmente a cultura inerente à vida cotidiana com os saberes existentes no mundo. Isto acontece através do Movimento de Articulação por uma Educação do Campo, em 1999, que desencadeia diversos debates em conferências e seminários envolvendo outros representantes de movimentos sociais<sup>10</sup> que também sentem a necessidade de uma proposta educacional própria do campo. Como Caldart evidencia, é a luta por

uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (2009, p. 149).

A educação do campo é um projeto educacional que tem como ação educativa primordial a formação humana, desenvolvimento pleno do humano na perspectiva de perceber-se inserido e empoderado da dinâmica social e econômica da sociedade buscando na cultura e na valorização do saber da experiência o fundamento desta formação humanizadora e entendendo que “nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos” (CALDART, p.55, 2009)

<sup>10</sup> Movimento dos Pequenos Agricultores, Escolas Famílias Agrícolas, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Indígenas, Movimento de Organização Comunitária, Pastoral da Juventude Rural, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, Comunidades Quilombolas, entre outros.

Uma grande conquista dos movimentos sociais, em especial, o Movimento CEFFAS e que está relacionado ao respeito à trajetória histórica na educação voltada e inserida na experiência dos sujeitos do campo é a recomendação da adoção da Pedagogia da Alternância em escolas do campo através do Parecer CEB nº 01/2006. Este ato político e institucional reforça e valoriza a diversidade do processo educacional do campo respeitando os seus tempo e seus espaços já que, neste parecer, há a manifestação favorável e a legitimação desta proposta de educação, sua organização curricular e especificidades como: calendário escolar, carga-horária, plano de formação, desenvolvimento metodológico (instrumentos pedagógicos) e multiplicação e diversificação dos formadores que, nesta alternativa pedagógica passam a integrar o grupo de co-formadores: família, associação, professores, monitores, empresários, parceiros da escola, colaboradores externos, entre outros.

Esta conquista respalda e fortalece o Movimento CEFFAs que, como enfatiza Costa,

(...) nesses mais de 40 anos contribui para a organização dos trabalhadores e moradores do campo, mobilizando centenas de famílias e estudantes, bem como suas comunidades a cada ano, em assembleias, encontros de formação, eventos promovidos pelos CEFFAS, eventos em que os CEFFAs são convidados a participar, visitas de estudo. São ações ancoradas e construtoras dos seus pilares inegociáveis, interligados pela Pedagogia da Alternância e seus variados instrumentos pedagógicos enraizados na realidade desses atores (2012, 57).

Dessa forma, a Pedagogia da Alternância como uma proposta metodológica conceitualiza-se na Educação do Campo, pois surge de uma necessidade do povo do campo, com tempos e espaços organizados e pensados segundo suas peculiaridades e buscando preservar a sua identidade, buscando o assumir com pertencimento aspectos imanente das idiossincrasias dos agricultores. Possibilitando que estes sujeitos percebem-se como sujeitos de ação e não apenas como sujeitos passivos às ações definidas por agentes externos.



### 3. A metodologia da Pedagogia da Alternância e Projeto Profissional do Jovem

Partindo do conceito de Pedagogia da Alternância desenvolvida no Movimento CEFFAs - Centro Familiar de Formação em Alternância, García-Marirrodriaga e Puig-Calvó apresentam o quadro denominado de os “Quatro Pilares dos CEFFAs” (Figura 02) que representam os princípios constituírem-se como as bases do Movimento Internacional Educativo e de Desenvolvimento dos CEFFAs e que se tornam “suas características irrenunciáveis – aquilo que uma instituição educativa deve ter necessariamente para poder ser considerada uma CEFFA – constituem os fins definidos que se conseguem com meios precisos” (2010, p. 66).

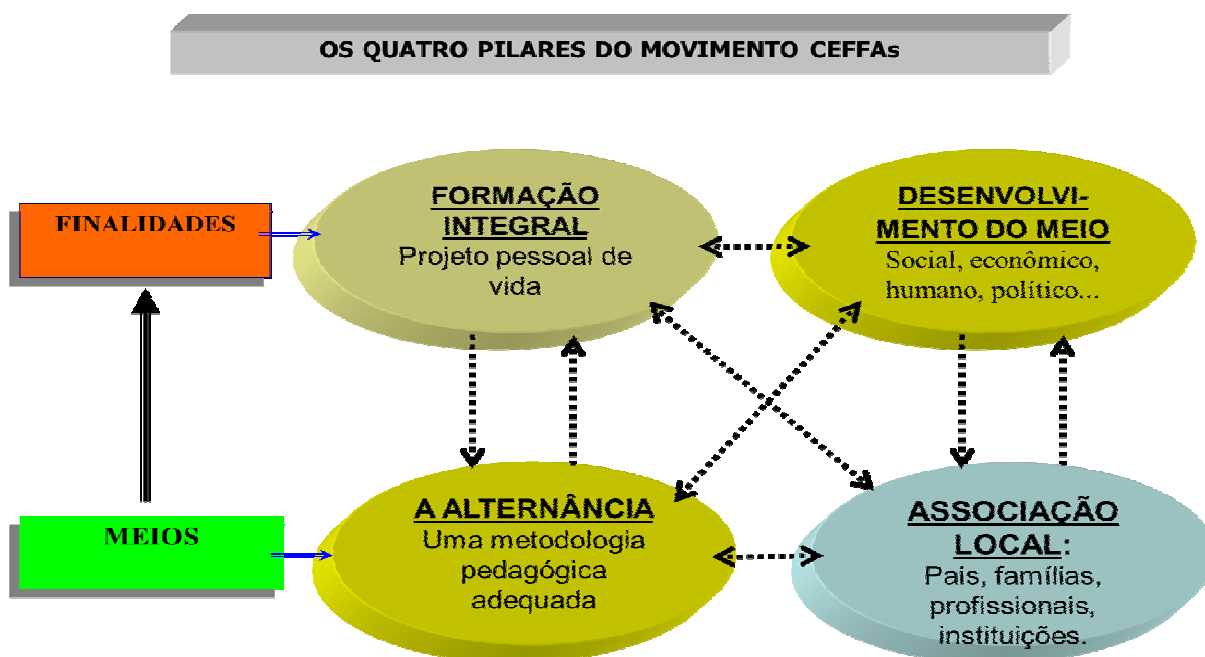


Figura 02: Representação Gráfica dos “Quatro Pilares” dos CEFFA.

Nesta perspectiva o objetivo dos CEFFA está na busca pela promoção e desenvolvimento das pessoas e do meio, através da formação integral dos sujeitos em formação. Portanto as finalidades do movimento CEFFA baseiam-se na (a) formação integral das pessoas, técnico, profissional, intelectual, social, humano, ético, espiritual... - de suas capacidades como pessoas, como ser humano; e (b) no desenvolvimento local caracterizado pela indissociabilidade com finalidade anterior e por possibilitar que “os jovens e adultos em

formação, convertam-se em atores de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento do território onde estão inseridos”. Os meios para alcançar as referidas finalidades são: 1) a metodologia da Pedagogia da Alternância; e 2) a associação local “constituída principalmente pelas famílias, junto às outras pessoas que aderem a seus princípios e que são os gestores do projeto, os atores de seu próprio desenvolvimento” (GARCÍA-MARIRRODRIGA e PUIG-CALVÓ, 2010, p. 65).

A metodologia da Pedagogia da Alternância possibilita ao jovem permanecer uma semana na escola, também chamado de sessão escolar, e outra semana na família, comumente chamado de sessão sócio-profissional, local onde aplica as práticas e realiza diversas atividades, como o instrumento pedagógico Plano de estudo<sup>11</sup>, atividades de retorno, relatórios, entre outras. Os diferentes espaços são monitorados e orientados por diversos Instrumentos Pedagógicos, que asseguram o cumprimento da alternância real, pois somente assim é possível fazer com que haja o desenvolvimento do meio através das práticas e interferências no meio. Na alternância real há o foco na conexão, na relação da ação e da reflexão sobre si mesmo e o meio de maneira complementar. Ou seja, se caracteriza pela implicação dos atores e do sistema no processo.

Neste tipo de alternância o aluno é o centro do projeto, protagonista do seu processo formativo, através do seu projeto pessoal, o projeto de vida profissional. A sessão começa na família, como afirma Gimonet, permeia pela escola e depois retorna a origem, onde deve resultar em experimentos e mudanças na própria realidade, fazendo com que o jovem seja sujeito de transformação da realidade. A Pedagogia da Alternância “parte da experiência da vida cotidiana (familiar, profissional, social) para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para, em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente”. (2007, p.16).

O Projeto Profissional do Jovem - PPJ é um instrumento pedagógico utilizado pelos CEFFAs e tem por objetivo geral encaminhar o jovem para a profissionalização do trabalho rural, no sentido de melhorar renda e a qualidade de vida da família, servir como facilitador para o encaminhamento do jovem para o mundo do trabalho e como um elemento de desenvolvimento econômico e social do meio rural (FROSSARD, 2004). Um projeto profissional que dê sentido à sua formação e à sua vida, que permita trazer suas próprias soluções, sejam elas singulares, concretas, alternativas. (CALVÓ, 2002, p. 136).

---

<sup>11</sup> Constitui o principal instrumento metodológico da Pedagogia da Alternância. É um método de pesquisa participativa; possibilita analisar os vários aspectos da realidade do aluno, promove uma relação autêntica entre a vida e a escola.

Ele é o instrumento pedagógico que interliga tecnicamente as aprendizagens desenvolvidas durante a caminhada alternada na Escola Família Agrícola com o ambiente sócio-profissional e/ou familiar. Este projeto é construído em consonância com os desejos do estudante e também de sua família. É orientado pelo monitor e tutor do estudante e busca interagir os saberes e aprendizagens das diferentes áreas do conhecimento (técnico, social, ambiental, econômica, linguística, histórica, cultural, entre outros) articulando possibilidades de geração de renda para a família a partir dos estudos e diagnósticos de sua estrutura agrária, administrativa, produtiva, além das necessidades e potencialidades desta.

O projeto é educativo, sendo desenvolvido com o acompanhamento da escola, mobilizando e articulando os diferentes conhecimentos para construí-lo. É profissional no momento em que se baseia na profissão real, fazendo com que os jovens possam resolver e encontrar soluções para os problemas da vida produtiva. E tem como finalidade o desenvolvimento local, pois parte da realidade concreta e pode ser um gerador de sinergias entre pessoas e instituições.

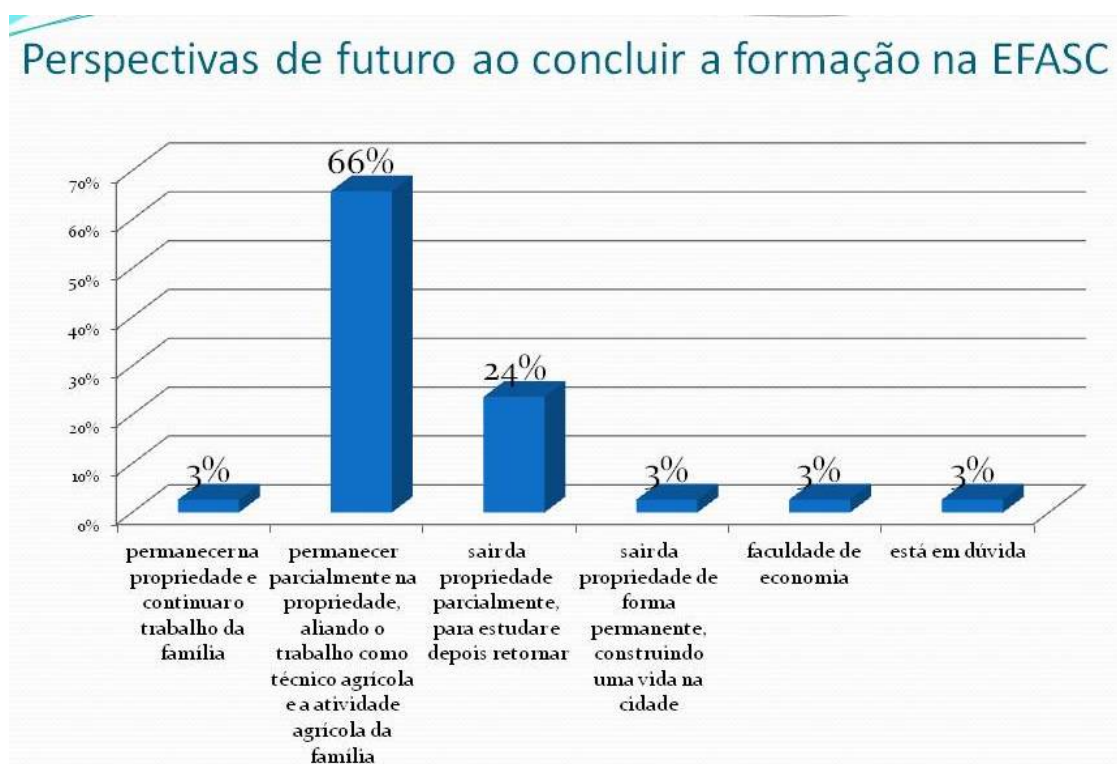
#### **4. O Projeto Profissional do Jovem e a Avaliação Mediadora**

Uma avaliação mediadora definida por Hoffmann, “é essencialmente questionar. É observar e promover experiências educativas que signifiquem provocações intelectuais significativas no sentido do desenvolvimento do aluno (...) na visão mediadora, elas assumem o caráter permanente de mobilização, de provocação” (2004, p.73). Neste sentido a proposta da Pedagogia da Alternância e o PPJ se assemelham, pois tendem a provocar os jovens a serem os pesquisadores/questionadores da vida e do meio onde estão inseridos, ou seja, diagnosticando, problematizando e refletindo sobre o devir. É a possibilidade de um processo “de permanente troca de mensagens e de significados, um processo interativo, dialógico, espaço de encontro e de confronto de ideias entre educador e educando.” (p.78)

Na estruturação pedagógica da Escola Família Agrícola, o PPJ é um instrumento pedagógico e ao mesmo tempo um componente curricular, que tem por função sistematizar o conhecimento construído pelo jovem em formação, organizar as informações oriundas do seu conhecimento produzido na vivência familiar e comunitária e nos momentos de aprofundamento da sua realidade sócio-profissional. Neste sentido ele pode ser considerado como um elemento provocador no momento em que instiga o jovem e a família a pesquisar,

buscar respostas, estudar e construir coletivamente alternativas para o desenvolvimento da propriedade e da comunidade, contribuindo para o pilar do desenvolvimento do meio.

Uma das possibilidades, para que aconteça o desenvolvimento do meio, é a permanência dos jovens no meio rural. Dessa forma, na pesquisa realizada com 38 estudantes concluintes do ensino médio da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul –EFASC ao findar seus estudos no mês de dezembro de 2011, percebeu-se que, com relação às perspectivas de futuro, 69 % dos jovens responderam que pretendem desenvolver as suas atividades profissionais no campo. Esse índice era de 30% quando os jovens ingressaram em 2009 na EFASC<sup>12</sup>. Diante disso podemos dizer que o projeto profissional é posto como elemento final de avaliação do jovem e a sua formação técnica, possibilitando construir um projeto de futuro durante a sua formação, contribuindo para definir a sua permanência no campo já que permite problematizar, verificar e avaliar aspectos sociais, históricos, econômicos e ambientais do seu meio, apontando as necessidades e potencialidades deste meio e também dos interesses pessoais deste jovem.



**Figura 03 – Pesquisa com os jovens sobre as suas perspectivas de futuro após a formação na EFASC.**

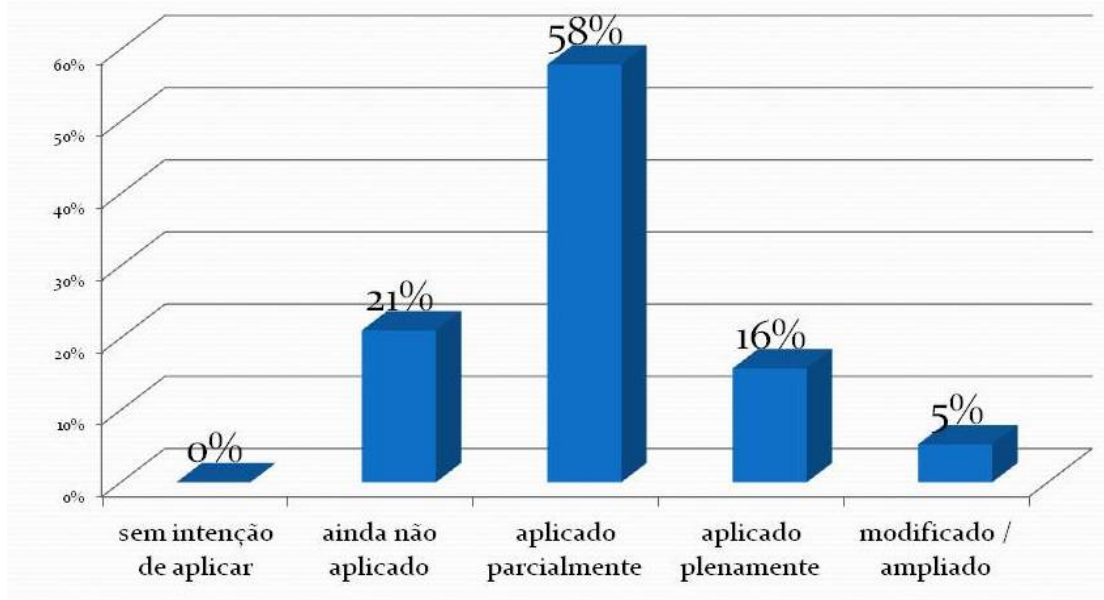
Assim para o jovem concluir o seu PPJ ele necessita mobilizar diferentes saberes construídos ao longo do percurso formativo, tais como: de escrita, de organização do

<sup>12</sup> Conforme pesquisa diagnóstica realizada em 2009.

pensamento e raciocínio lógico matemático, deve ter noções de administração e matemática para realizar todos os cálculos de análise financeira e econômica (balanço patrimonial, custo de produção, fluxo de caixa, entre outros), de oralidade, pois necessita defender em banca de avaliação e, por último um ingrediente determinante: ele deve ser implantado como uma experiência no 3º ano de estudos e estar apto para implantação ao final da formação. É um elemento construído por idas e vindas, com uma relação direta entre a teoria e a prática, num processo continuado de dois anos, sendo um excelente exemplo prático e teórico de uma avaliação mediadora de todo percurso formativo do estudante, do professor e dos pais (família).

Como destaca GARCÍA-MARIRRODRIGA e PUIG-CALVÓ "cada estudante deve formular e pôr em prática quando seja possível, um projeto profissional ao terminar a sua formação" (2010, p.176). A implantação do PPJ é, talvez, um dos maiores desafios das EFAs. Pois, aporta em si um potencial de empreendimento, possibilidade de geração de renda, emprego e, conseqüentemente, perspectiva de qualidade de vida no meio, inserindo o jovem no mundo do trabalho, implementando um empreendimento que gere emprego e renda para o jovem e sua família. Serve também como componente avaliador de todo processo formativo, de relacionar e integrar a teoria/pesquisa com a prática agrícola/familiar. A pesquisa com os egressos trouxe que: 79% dos jovens já aplicaram seus projetos parcialmente, totalmente ou até modificaram e ampliaram, mostrando que a construção do PPJ foi positiva e já esta impactando na geração de renda as famílias envolvidas com o projeto.

## Como está a aplicação do PPJ



**Figura 04 – Pesquisa com os egressos sobre a aplicação do PPJ**

Importante destacar que este processo envolve vários atores e, portanto, não há como evitar um choque entre gerações, como enfatiza García-Marirrodrga e Puig-Calvó (2010, p.175), onde evidencia que "o primeiro efeito de mudança produzido pela alternância no seio dos CEFFAs, resulta no encontro de gerações e dos conflitos que se produzem por este motivo, que forçam todos a romper a rotina". O conflito entre o passado e o futuro é essencial para a desacomodação, o segredo esta no fazer e que este se reverta em novos processos que estimulem a capacidade empreendedora.

### Considerações Finais

Por fim, podemos concluir que a Pedagogia da Alternância, através dos seus instrumentos pedagógicos, em especial o Projeto Profissional do Jovem – PPJ pode ser considerado um importante agente articulador para o desenvolvimento de uma avaliação mediadora, pelos seguintes motivos: não estimula práticas avaliativas classificatórias; possibilita um processo contínuo, processual e não linear, perpassando pelas mais diversas áreas do conhecimento; é construído a partir da vida do estudante e das famílias, levando em considerações a sua vida sócio-profissional e cultural; a avaliação através do PPJ não se

detém a uma projeção unicamente do passado, mas sim do futuro; possibilita diversos momentos de encontro, diálogo, tutoria, integração e pesquisa-ação; respeita o tempo de aprendizagem de cada estudante na construção do seu projeto de vida.

O desenvolvimento do Projeto Profissional do Jovem, como parte integrante da metodologia da Pedagogia da Alternância, se apresenta como potencializador da valorização das vivências dos sujeitos do campo e de posterior ação e transformação das relações sociais, já que, é desenvolvido no transcorrer da formação no CEFFA, com envolvimento da família e da comunidade, diagnosticando, percebendo, intervindo e contribuindo com o meio. Uma contribuição pautada numa educação contextualizada com o campo, na qual o jovem se percebe nas relações com a realidade, de estar com ela e nela. Através da ação do PPJ ele cria e recria suas relações e intervenções entendendo-se, como propõe Freire, como homem na posição “de não estar apenas no mundo, mas com ele” (2006, p.112).

Dessa forma esta metodologia de ensino, em sua essência, garante o uso das mais diversas formas e métodos de avaliação que possibilitem avaliar, reprogramar e mudar o caminho durante a caminhada. Isto acontece, em razão de sua organização distribuída em instrumentos pedagógicos, dentre eles o PPJ, que possibilitam a ação – reflexão – ação respeitando os diferentes saberes através do movimento da alternância que permite o devir entre os saberes do meio/da família e os saberes científicos sem classificação, sem hierarquização, mas sim, com a constante pesquisa, problematização, construção, reconstrução e avaliação das diferentes aprendizagens.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ARROYO, Miguel. Currículo, Território em Disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília: Plano Editora, 2002.
- BOGO, Ademar. Identidade e Luta de Classes. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CALDART, Roseli. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli, MOLINA, Mônica C. (Orgs). Por uma educação do campo. Vozes: Petrópolis/RJ, 2009.
- CALVÓ, Pedro Puig. Formação Pessoal e Desenvolvimento Local. In: Pedagogia da Alternância: Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável, Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, 2002, p. 126 – 146.

- COSTA, João Paulo Reis. Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC: uma contribuição ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo a partir da Pedagogia da Alternância. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: CALDART, R., PEREIRA, I., ALENTEJANO, P., FRIGOTTO, G. (org). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 744-748.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 29ª ed, 2009.
- FROSSARD, Antonio Carlos. Identidade do Jovem Rural Confrontando com o Estereótipo de Jeca Tatu - Um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei Alberto I, 2004. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2004.
- GARCÍA-MARIRRODRIGA, Roberto; CALVÓ PUIG, Pedro. Formação em Alternância e Desenvolvimento Educativo dos CEFFAs no Mundo. BH: O lutador, 2010.
- GIMONET, Jean-Claude. Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para a reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 61-93.
- ZAMBERLAN, Sérgio. Formação e Desenvolvimento Sustentável: o lugar da família - na vida institucional da escola-família - Participação e Relações de Poder, 2003. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação) - Universidade Nova de Lisboa – Portugal - Faculdade de Ciências e Tecnologia e Université François Rabelais de Tours – France - Département des Sciences de l'Éducation et de la formation, 2003.